

A Psicologia e o Conceito de Risco: Estudos Publicados entre 1999 e 2010

Cláudia Alquati Bisol
Amanda Menezes Tapia

*Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul, RS, Brasil*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como o conceito de risco tem sido utilizado em pesquisas na área da Psicologia, nos últimos onze anos, no Brasil. Realizou-se uma revisão em periódicos qualis A, B e C (CAPES), publicados entre 1999 e 2010, disponíveis em biblioteca virtual. A análise foi dividida em três etapas: classificação dos artigos conforme a explicitação do conceito de risco; classificação conforme as temáticas de interesse; identificação dos paradigmas individual ou social. Foram analisados 128 artigos: 36 apresentaram conceitualização explícita de risco, 33 apresentaram o risco como eixo de discussão e 59 referiram-se ao risco superficialmente. As temáticas encontradas com maior frequência foram relativas aos riscos associados ao ciclo vital, a doenças físicas ou emocionais e à análise do discurso sobre risco e trabalho; 116 publicações (90,6 %) apresentaram como base conceitual o paradigma social. Ressalta-se a importância de que os estudos definam melhor o conceito de risco e os pressupostos que sustentam suas escolhas teóricas e metodológicas.

Palavras-chave: Psicologia; conceito de risco; fatores de risco.

ABSTRACT

Psychology and the Concept of Risk: Studies Published Between 1999 and 2010

The objective of this paper is to understand how the concept of risk has been used in researches in the area of Psychology, in the last eleven years, in Brazil. A review of journals qualis A, B and C (CAPES), published between 1999 and 2010 and available in a virtual library was made. The analysis was divided in three stages: classification of articles according to the explicitness of the concept of risk; classification in accordance with the themes of interest; identification of individual or social paradigms. One hundred and twenty eight articles were analyzed: 36 presented an explicit concept of risk, 33 presented risk as the focus of discussion, and 59 referred superficially to the risk itself. The themes more frequently found were related to the life cycle, physical or emotional illness and analysis of the discourse on risk and work; 116 papers (90,6 %) presented the social paradigm as conceptual base. The importance that the studies better define the concept of risk and the presuppositions that sustain their theoretical and methodological choices is highlighted.

Keywords: Psychology; concept of risk; risk factors.

RESUMEN

La Psicología y el Concepto de Riesgo: Estudios Publicados entre 1999 y 2010

El objetivo de este trabajo es entender como se ha utilizado el concepto de riesgo en la investigación en el área de la psicología, en los últimos once años, en Brasil. Se realizó una revisión en revistas qualis A, B y C (CAPES), publicados entre 1999 y 2010, disponibles en una biblioteca virtual. El análisis fue dividido en tres etapas: clasificación de los artículos de acuerdo a la explicitación del concepto de riesgo; clasificación de acuerdo a las temáticas de interés; identificación de los paradigmas individual o social. Ciento veintiocho artículos fueron analizados: 36 presentaron una conceptualización explícita de riesgo, 33 presentaron el riesgo como foco de discusión y 59 hacían referencia al riesgo superficialmente; las temáticas encontradas con más frecuencia fueron los riesgos asociados con el ciclo de vida, la enfermedad física o emocional y el análisis del discurso sobre el riesgo y trabajo; 116 artículos (90,6 %) presentaron como base conceptual el paradigma social. Se resalta la importancia de que los estudios definan mejor el concepto del riesgo y los supuestos que sostienen sus opciones teóricas y metodológicas.

Palabras clave: Psicología; concepto de riesgo; factores de riesgo.

INTRODUÇÃO

Pesquisas em psicologia que se propõem a estudar e compreender comportamentos relacionados aos processos da saúde, doença e cuidado utilizam um conceito importante e complexo: o conceito de risco. Em pesquisas referentes ao HIV e ao uso de drogas, por exemplo, é comum encontrar discussões em torno de comportamentos de risco, percepção do risco, fatores de risco e prevenção. A relevância dessas pesquisas é indiscutível, porém é difícil perceber clareza conceitual nas produções que envolvem esta temática. Spink, Menegon, Bernardes e Coêlho (2007) afirmam, a partir de uma análise de publicações em diferentes áreas da psicologia entre os anos de 1887 e 1998, que o conceito de risco foi importado acriticamente pela psicologia e que são poucas as publicações que questionaram o seu uso.

A complexidade do conceito de risco e a sua origem relacionada a diversos campos do saber podem contribuir para esta falta de clareza conceitual. Alguns autores afirmam que a noção de risco surgiu no século XVII para designar a probabilidade de um evento ocorrer, dentro de uma lógica de jogo (Deslandes, Mendonça, Caiaffa e Doneda, 2002). Spink (2001) detalha o surgimento do vocábulo risco no catalão no século XIV, nas línguas latinas no século XVI e nas anglo-saxônicas no século XVII, estando este surgimento associado a um momento histórico no qual o homem começou a olhar para a possibilidade de controle do futuro. Segundo Beck:

O conceito de risco inverte a relação de passado, presente e futuro. O passado perde seu poder de determinar o presente. Seu lugar como a causa da experiência e da ação atual é tomado pelo futuro, ou seja, algo não-existente, construído e fictício. Estamos discutindo e argumentando a respeito de algo que não é a questão, mas pode acontecer se nós continuarmos a seguir o mesmo curso que temos seguido (1999, p. 137).

A incorporação da previsibilidade e do cálculo foi reforçada pelo paulatino fortalecimento da economia capitalista. Na modernidade clássica, o desenvolvimento da teoria da probabilidade, a sofisticação da estatística como ciência do estado e o avanço do cálculo das probabilidades fez do risco um conceito fundamental (Spink, 2001). No discurso da epidemiologia, o conceito de risco ganha contornos precisos. Segundo Czeresnia:

A monitorização e a definição de estratégias de regulação de riscos no campo da saúde são

tecnicamente viabilizadas pelos avanços nas técnicas de cálculo estatístico. Métodos epidemiológicos sofisticados são utilizados na estimativa da probabilidade de ocorrência de eventos de saúde e doença associados a determinadas exposições. O estudo dos efeitos prováveis do consumo de substâncias, de comportamentos e de estilos de vida informam profissionais de saúde e os sujeitos em suas práticas cotidianas (2004, p. 447).

Para Almeida-Filho e Coutinho (2007), o conceito de risco pode se apresentar como perigo latente ou oculto, no caso do discurso do senso comum; como risco individual no caso do discurso da clínica; como risco populacional no âmbito da epidemiologia e como risco estrutural nos campos da saúde ambiental e ocupacional. As três primeiras apresentações do conceito podem ser resumidas da seguinte maneira: a) no discurso do senso comum, risco equivale a perigo ou ameaça à saúde ou à vida e tende a ser entendido como experiência pessoal e social; b) a clínica utiliza o conceito de risco pressupondo que os indivíduos manifestam a média dos atributos de uma dada população, o risco passando a ser um objeto de diagnóstico em si; c) no âmbito da epidemiologia, risco é um conceito operacional fundamental, com uma definição essencialmente técnica, na qual a dimensão da probabilidade é privilegiada; o risco situa-se para além do sujeito, no âmbito dos coletivos humanos (Deslandes et. al., 2002).

No contexto da saúde, encontra-se frequentemente uma concentração da noção de risco oriunda da epidemiologia. Luiz e Cohn assim sintetizam este conceito:

Sinteticamente, risco epidemiológico pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento relacionado à saúde, estimado a partir do que ocorreu no passado recente. Assim, calcula-se o risco quantificando o número de vezes que o evento ocorreu dividido pelo número potencial de eventos que poderiam ter acontecido (2006, p. 2342).

Percebe-se a existência de enfoques distintos em relação ao conceito de risco. Luiz e Cohn (2006) retomam as três vertentes de discussão do conceito de risco dos últimos trinta anos, como proposta por Hayes: a vertente do risco individual, a partir do qual características pessoais, história familiar, hábitos, estilo de vida compõem o cálculo do risco pessoal e a intervenção tem por objetivo a redução da mortalidade precoce pela via do estímulo à mudança de comportamentos; a vertente da abordagem de

risco ou estratégia de risco, que se preocupa com a garantia de atenção aos grupos sob maior risco; por fim, a vertente da análise de risco, que enfoca aspectos como o perigo do uso de tecnologias, a segurança de produtos e percepção do público sobre risco. Também tomando por base os trabalhos de Hayes, Deslandes et al (2002) afirmam que um problema frequente é a definição de risco centrada em uma escolha individual: trata-se de um paradigma que enfatiza a escolha racional de um indivíduo que, estando de posse das informações necessárias, teria condições cognitivas de optar pela ação que não lhe trará danos. O contraponto a esta abordagem é de cunho social: trata-se de considerar que os comportamentos de risco são fruto das interações sociais, o risco seria vivenciado e percebido nas redes de relações sociais.

A psicologia contribuiu para a linguagem do risco através de pesquisas realizadas mais consistentemente a partir dos anos 1950, de acordo com análise efetuada por Spink et al (2007). Segundo estes autores, destacam-se estudos sobre: a) risco para distúrbios psicológicos, físicos e sociais, no sentido de definir, detectar e medir fatores de risco (para prever quem está em risco), incluindo nessa área atenção para a análise de fatores de risco visando o desenvolvimento de programas de prevenção, decisões terapêuticas e apoio a programas para cuidadores; b) fatores cognitivos envolvidos no processo de tomada de decisões em situações de risco, no sentido de compreender por que as pessoas se arriscam; c) influência dos processos grupais na tomada de decisões sobre risco (incluindo percepção e comunicação do risco); d) foco na adolescência (consumo de álcool, delinquência e gravidez), com inovações metodológicas como o uso de narrativas para compreender comportamentos de risco; e) predição do risco com base no paradigma epidemiológico, enfatizando o uso de escalas; f) prevenção de acidentes e gerenciamento de riscos; h) processos sociais amplos tais como estrutura social e relações de gênero.

Com o presente estudo, pretende-se analisar artigos em psicologia que utilizam o conceito de risco publicados no Brasil entre os anos de 1999 e 2010. Buscou-se identificar a explicitação do conceito de risco, as principais temáticas de interesse e quais são os paradigmas que norteiam as publicações analisadas.

MÉTODO

Optou-se por realizar um levantamento bibliográfico, pois este possibilita discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento tentando identificar quais os aspectos e dimensões vêm

sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares. Esta metodologia possibilita inventariar e descrever o tema investigado (Ferreira, 2002). Foi realizada busca eletrônica em periódicos de Psicologia disponíveis em biblioteca virtual, orientada por lista divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) <<http://serviços.capes.gov.br/webqualis/>>. Foram incluídos: a) artigos cujos descritores apresentavam os termos risco, fatores de risco, percepção do risco, comportamento de risco e comportamentos desviantes; b) artigos publicados entre os anos de 1999 e 2010; c) artigos de periódicos classificados com qualis A, B e C.

A partir de leitura preliminar das palavras-chave e resumo dos artigos foram selecionados 142 artigos. Estes foram submetidos a três etapas de análise. A primeira etapa consistiu em uma classificação dos artigos em três categorias: a categoria 1 incluiu os estudos que apresentam conceitualização explícita sobre risco, a categoria 2 foi composta por artigos que têm o risco como eixo de discussão sem, no entanto, conceituá-lo e a categoria 3 agrupou artigos que se referem ao risco, porém este acaba se tornando uma questão secundária ao estudo. Após esta primeira etapa de análise, o número de artigos selecionados diminuiu para 128, pois 14 destes apenas citavam a palavra risco. A segunda etapa de análise consistiu em identificar as temáticas ou focos de interesse destes artigos. Na terceira e última etapa foram identificados os paradigmas individual e social que norteiam conceitualmente os referidos trabalhos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As publicações analisadas referem-se a um período de 11 anos, entre 1999 e 2010, conforme explicitado anteriormente. A Figura 1 apresenta o número de publicações ao longo destes anos discriminando por ano de publicação. Constata-se que o período com maior número de publicações foi entre os anos de 2005 e 2010, em especial 2010 com 28 artigos publicados.

Primeira etapa de análise: explicitação do conceito de risco

A fim de identificar a explicitação do conceito de risco, os artigos foram classificados em três categorias. A categoria 1 foi composta por 36 artigos que têm o risco como eixo do estudo e apresentam conceitualização explícita de risco. No entanto, observa-se que muitas vezes os termos risco, fator de risco, comportamento de risco, evento de risco, mecanismo de risco são utilizados indistintamente. Encontra-se mais frequentemente um entendimento de risco associado à

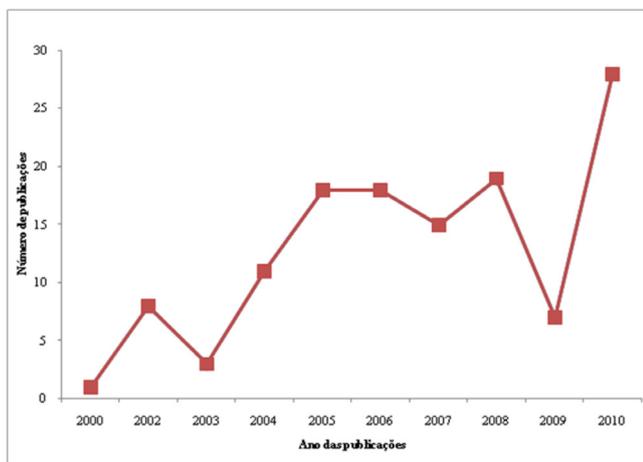


Figura 1. Artigos publicados de 1999 a 2010.

ocorrência de eventos negativos ou indesejados, que aproximam as noções utilizadas ao enfoque oriundo da epidemiologia, tal como nos trabalhos de Prati, Couto e Koller (2009) e Siqueira e Dell'Aglio (2007). O resgate da dimensão positiva do risco aparece principalmente nos trabalhos que enfocam a noção de risco-aventura, como nos estudos de Spink, Medrado e Mello (2002), Spink, Galindo, Cañas e Souza (2004), Spink, Aragaki e Alves (2005), Spink, Galindo, Ribeiro e Ornellas (2007), Spink, Pereira, Burin, Silva e Diodato (2008) e Spink (2008). Em 33 trabalhos, agrupados na categoria 2, discute-se a questão do risco relacionada com a temática do estudo, porém não é apresentado um desenvolvimento mais detalhado do

conceito. Exemplos são os artigos sobre HIV/AIDS, nos quais se aborda a questão do risco de infecção, risco à saúde, grupos de risco, casais em situação de risco, comportamento de risco, noção de risco e risco pessoal (Finckler, Braga e Gomes, 2004; Camargo e Bertoldo, 2006; Oltramari e Otto, 2006; Rios et al., 2008). A categoria 3, por sua vez, foi formada pelo agrupamento de 59 estudos nos quais termos como risco e fatores de risco são citados, mas estes não são conceitualizados, tornando-se questões totalmente secundárias ao estudo. São, portanto, os artigos que se encontram nas categorias 1 e 2 os que mais contribuem para situar a forma como a Psicologia tem utilizado o conceito de risco.

Segunda etapa de análise: temáticas de maior interesse

Nesta etapa de análise procurou-se identificar as temáticas de maior interesse, sendo que 5 categorias foram delineadas. As duas primeiras categorias foram subdivididas em 5 e 3 subcategorias, respectivamente (apresentadas em detalhe na Tabela 1. Temáticas que apareceram apenas uma vez no total de artigos analisados (e não constam na tabela) foram: esportes radicais, urgência psiquiátrica, autismo, prevenção primária, arritmia cardíaca, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e segurança no trânsito. Considerou-se que um artigo pode ter mais de um foco, por isso o número de ocorrências excede o número total de artigos por categoria.

TABELA 1
Categorias Temáticas

<i>Categorias</i>	<i>Nº de artigos</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Ocorrências</i>
Riscos associados ao ciclo vital	75	Infância	44
		Adolescência	37
		Adulterez	1
		Velhice	1
		Famílias em situação de risco/vulnerabilidade social	9
		Maternidade/Gravidez	9
		Práticas Educativas Parentais	7
Riscos associados a doenças físicas ou emocionais	31	Doenças crônicas; HIV/AIDS	16
		Depressão	5
		Transtornos Alimentares	2
		Álcool e outras drogas	2
Análise do discurso sobre o risco	6		6
Riscos associados ao trabalho	8		8
Prostituição	4		4
Risco e tomada de decisão	3		3

As publicações que associam risco às questões familiares e de desenvolvimento foram agrupadas em uma categoria denominada ‘riscos associados ao ciclo vital’. Totalizando 75 publicações, esta categoria permite visualizar quais as maiores preocupações dos pesquisadores da área da psicologia no recorte de tempo analisado. Nestes estudos, os autores afirmam que a família pode se caracterizar tanto como fator de risco quanto fator de proteção no desenvolvimento de crianças e adolescentes, dependendo da sua estruturação e de seu funcionamento. Conforme Siqueira e Dell’Aglío (2007), a família consiste em uma dimensão muito importante na vida dos indivíduos por ser o primeiro microsistema no qual a criança interage e, conseqüentemente, a primeira rede de apoio. Fatores de proteção podem ser definidos, de acordo com Rutter (em Maia e Williams, 2005. p. 92), “como aqueles fatores que modificam ou alteram a resposta pessoal para algum risco ambiental que predispõe a resultado mal adaptativo, como por exemplo: o estágio do desenvolvimento da criança, seu temperamento e a habilidade de resolução de problemas do indivíduo”. Pode-se citar como exemplos de fatores de proteção práticas educativas saudáveis, bom funcionamento familiar, vínculo afetivo, apoio e monitoramento parental. Em contrapartida, fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não, que podem dificultar o funcionamento do sujeito (Siqueira e Dell’Aglío, 2007). Nesse sentido, a família pode apresentar fatores de risco como negligência parental, violência doméstica, padrões parentais de cuidado e supervisão inadequados, pobreza, rigidez nas práticas educativas e doença mental. Os autores referem que o abuso sexual infantil e a violência familiar constituem fatores de risco significativos para uma variedade de sequelas emocionais e comportamentais (Borges e Dell’Aglío, 2008).

Além de uma marcada preocupação com a infância, observa-se um grande número de produções que se debruçam sobre a adolescência. À adolescência, os pesquisadores tendem a associar a sexualidade, o álcool e drogas e o trânsito. A sexualidade é geralmente tratada como um fator de risco para a saúde da população e deste grupo específico, pois dependendo de como as pessoas atribuem significados e lidam com suas práticas sexuais, podem expor-se a riscos tanto de contrair doenças sexualmente transmissíveis como de engravidar precocemente. Já a questão do álcool e outras drogas pode ser exemplificada pelo estudo de Williams, Meyer e Pechansky (2007), como um dos problemas de saúde mental mais prevalente

na adolescência. Entende-se que o uso de álcool e outras drogas consistem em um risco tanto para a saúde física e mental do indivíduo quanto para a sociedade, ao colocar terceiros em risco. Observa-se que a maioria dos artigos trabalhou esta questão apresentando fatores de risco para o uso dessas substâncias, tais como a influência dos pares, dificuldades familiares, o contexto social e as características dessa faixa etária. Para Williams et al., (2007, p. 407),

A adolescência é uma faixa etária em que se registra uma grande preocupação em relação ao uso de drogas. Por diferentes fatores, os adolescentes encontram-se em uma fase de maior vulnerabilidade, sendo este momento da vida, um terreno fértil à experimentação o que poderá, ou não, levar ao início do abuso ou da dependência.

Além dessas questões, dois trabalhos atribuem ainda à adolescência maior risco associado ao comportamento no trânsito. Três outras subcategorias complementam a categoria dos riscos associados ao ciclo vital: trabalhos que enfocam famílias em situação de risco e vulnerabilidade, entendendo-se principalmente as de baixa renda; discussões a respeito de práticas educativas parentais e gravidez e maternidade.

O segundo tema mais frequente faz referência aos riscos associados a doenças físicas ou emocionais, porém com um número bem menor de publicações quando comparado ao anterior (de 75 para 31). Nesta categoria, as doenças crônicas são as mais discutidas e, dentre elas, o HIV/AIDS é a mais problematizada (16 dos 31 artigos). Os estudos referentes ao HIV centram-se nos aspectos: a) estratégias de prevenção adotadas por casais, relacionando-as com a testagem para HIV; b) adolescência, uso do preservativo, conhecimento e informação; c) profissionais do sexo e prevenção. Os demais trabalhos enfocam depressão e transtornos alimentares.

Seis artigos dedicaram-se à análise do discurso sobre o risco, centrando-se no estudo da linguagem dos riscos com base na Psicologia Social, entendendo a linguagem como possibilidades de produção de sentidos, seja no âmbito da mídia, do turismo-aventura, dos esportes radicais ou do risco-aventura. Conforme Spink et al., (2002), verifica-se ao longo da história que a linguagem dos riscos sofreu dois movimentos contrastantes. Por um lado, risco é usado na perspectiva de responsabilização e culpabilização, em um esforço de colocar ordem diante da complexidade da sociedade globalizada, discurso presente na saúde, segurança, economia e política. Por outro lado, risco é adrenalina e busca de desafios intrínsecos às novas

modalidades desportivas. Surge em contraposição aos esforços de ordenação dos espaços sociais a que se presta o risco passível de cálculo e gerenciamento, por exemplo, quando os esportes radicais são utilizados para o desenvolvimento de funcionários com características adequadas ao mercado de trabalho globalizado. A definição de risco-aventura recupera a dimensão positiva dos riscos ao relacionar atividades que constituem desafio aos limites físicos ou aos limites de nossas habilidades (Spink et al., 2004; 2005; Spink, 2008).

Encontraram-se ainda oito artigos que tratam sobre os riscos associados ao trabalho, quatro artigos que enfocam especificamente a questão da substituição como fator de risco e três que trabalham na ótica do risco e tomada de decisão.

Terceira etapa de análise: paradigmas norteadores dos estudos

Como discutido anteriormente, o risco pode ser compreendido por meio de dois paradigmas, o individual e o social (Deslandes et al., 2002). No paradigma individual a definição de risco centra-se na escolha individual, enfatizando-se a teoria da escolha racional e o aspecto cognitivo, enquanto que no paradigma social o risco seria vivenciado e percebido nas redes de relações sociais.

Dos artigos analisados, 90,6% (116) utilizou como base conceitual o paradigma social, o que pode ser percebido nas argumentações dos autores sobre a necessidade de considerar as dimensões interpessoais, sociopolíticas ou biopsicossociais e de observar o processo de construção social e científica dos fenômenos (Castanha, Machado e Figueiredo, 2007; Júnior e Guzzo, 2005; Spink et al., 2002). Além disso, uma análise dos fatores de risco e de proteção elencados por estes pesquisadores mostra como eles enfatizam aspectos relacionados às redes de relações sociais. Exemplos de fatores de risco presentes nos artigos são: ambiente familiar (estrutura e possíveis rupturas) e práticas educativas parentais; abuso sexual infantil; caráter autoritário e rígido das instituições e institucionalização na infância; pobreza, baixa escolaridade, uso de drogas, violência na comunidade; transição da infância para a adolescência; ausência de rede de apoio eficaz; pressão dos pares, estigma; valores relacionados à sexualidade e à expressão do amor e da confiança; gravidez na adolescência; condições sócio demográficas e reprodutivas das mulheres; ausência de opções de vida socialmente integradoras; história pessoal e familiar de doença mental, desconforto físico e emocional no trabalho (Pinheiro, 2004; Petersen e Koller, 2006; Oliveira,

Bittencourt e Carmo, 2008). São exemplos de fatores de proteção: contexto familiar e práticas educativas parentais; fortalecimento de vínculos e redes de apoio; revelação da violência sexual; renda mensal; apoio para desenvolver autonomia, responsabilidade, atividades esportivas e motivações no campo profissional; gravidez na adolescência como fator de proteção de riscos psicossociais; políticas governamentais com ações socioeducativas (Costa e Assis, 2006; Habigzang, Azevedo, Koller e Machado, 2006; Siqueira e Dell’Aglia, 2007). Analisar as propostas de intervenção também permite identificar o paradigma social, por exemplo: reflexão sobre a construção social da masculinidade e da feminilidade para a constituição de uma outra forma de conjugalidade; prevenção baseada no equilíbrio nas negociações relacionadas às práticas sexuais; fortalecimento do conhecimento das mulheres adultas e adolescentes sobre a sexualidade, DST’s e AIDS; favorecimento de ações coletivas que modifiquem as normas socioculturais numa determinada comunidade (Finckler, Oliveira e Gomes, 2004; Oltramari e Otto, 2006). Todos os artigos de caráter teórico apresentam o conceito de risco como uma construção social influenciada por elementos culturais, históricos e econômicos. Trata-se de estudos sobre a linguagem dos riscos, principalmente com o intuito de compreender os diversos sentidos do risco-aventura no mundo contemporâneo. Por exemplo, Spink et al., (2002) afirmam que “o sentido que é dado ao risco está implicitamente vinculado ao contexto histórico em que os vários riscos se concretizam” (p. 151) e que “a produção de sentidos resulta da confluência de contextos variados” (p. 162).

Em contrapartida, o paradigma individual norteia apenas 12 artigos analisados. Os autores tendem a relacionar o risco com as características individuais, atribuindo ao indivíduo a escolha de se expor ou não ao risco, além de enfatizarem a importância da informação como medida preventiva (ênfase a questões cognitivas e racionais). Por exemplo, dos Santos e Graminha (2006) atribuem os problemas de aprendizagem a características individuais da criança, como dificuldades de fala e linguagem, problemas emocionais e comportamentais, problemas de relacionamento com colegas e diferenças de gênero. Williams et al. (2007) desenvolvem um jogo terapêutico com o objetivo de prevenir a recaída de jovens ao uso de drogas trabalhando questões individuais visando à mudança de comportamento. Peuker, Fogaça e Bizarro (2006) ressaltam a necessidade de desenvolver estratégias preventivas específicas à população jovem baseadas na disponibilização de informação

científica e na detecção precoce do uso de drogas. Rocha (2005) traz como medidas mais eficazes de prevenção a acidentes de trânsito a vontade ou consciência das pessoas em adotar uma meta em relação ao risco e fazer com que as pessoas diminuam seu nível de risco assumido. Na temática sexualidade, Guimarães e Witter (2007), em estudo sobre gravidez na adolescência, embora mencionem aspectos sociais e familiares, apresentam ênfase ao longo do artigo na questão da informação e de conhecimentos adquiridos como fatores protetivos para o risco da gravidez na adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender como o conceito de risco tem sido utilizado em pesquisas na área da psicologia publicadas no Brasil entre os anos de 1999 e 2010. Buscou-se identificar a explicitação do conceito de risco, as principais temáticas de interesse e os paradigmas que norteiam as publicações analisadas.

A complexidade do conceito de risco fica evidente na medida em que se observa a dificuldade de encontrar conceitos precisos e explícitos, nos artigos analisados. Entretanto, pode-se afirmar que a grande maioria das publicações se sustenta a partir do paradigma social, isto é, os autores ressaltam a importância das dimensões interpessoais, sociopolíticas, biopsicossociais, históricas e culturais no processo de construção do risco, articulando-o a fatores de proteção.

Ressalta-se a importância de que pesquisas sobre risco continuem sendo foco de interesse da psicologia, porém que estas possam ampliar a discussão a respeito do conceito de risco e situar os pressupostos que sustentam as escolhas teóricas e metodológicas realizadas. Sugere-se ainda que as temáticas de interesse da psicologia possam ser ampliadas. Por exemplo, na temática dos riscos associados ao ciclo vital, encontraram-se pouquíssimos artigos que incluem outras fases do desenvolvimento além da infância e da adolescência. Entende-se que a vida adulta e a velhice devem ser objeto de estudo por apresentarem questões específicas em termos de saúde e adoecimento. Outra possibilidade também poderia ser a de explorar contextos como instituições (escolas, hospitais, prisões, etc.) e grupos específicos tais como pessoas com necessidades especiais.

As conclusões apresentadas devem ser relativizadas em virtude das próprias limitações deste estudo, visto que a busca por artigos foi restringida aos periódicos de Psicologia disponíveis em biblioteca virtual da Universidade e não foi incluída a produção acadêmica expressa em dissertações e teses, o que poderia

ter possibilitado uma compreensão mais ampla acerca do tema investigado.

REFERÊNCIAS

- Almeida-Filho, A. & Coutinho, D. (2007). Causalidade, contingência, complexidade: o futuro do conceito de risco. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 17, 95-137.
- Beck, U. (1999). *World risk society*. Cambridge: Polity.
- Borges, J.L. & Dell'Aglío, D.D. (2008). Abuso Sexual Infantil: Indicadores de Risco e Consequências no Desenvolvimento de Crianças. *R. Interam. Psicol.* 42(3), 528-536.
- Camargo, B.V. & Bertoldo, R.B. (2006). Comparação da vulnerabilidade de estudantes da escola pública e particular em relação ao HIV. *Estudos de Psicologia*, 23, 369-379.
- Castanha, A.R., Machado, A.A. & Figueiredo, M.A.C. (2007). Consequências biopsicossociais do acidente ocupacional com material biológico potencialmente contaminado: perspectiva de pessoas do convívio íntimo do profissional da saúde. *Rev SBPH*, 10, 65-84.
- Costa, C.R.B.S.F. & Assis, S.G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18, 74-81.
- Czeresnia, D. (2004). Ciência, técnica e cultura: relações entre risco e práticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, 20, 447-455.
- Dell'Aglío, D.D. & Siqueira, A.C. (2007). Retornando para a família de origem: fatores risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Rev Brás Crescimento Desenvolv Hum.* 17, 134-146.
- Deslandes, S.F., Mendonça, E.A., Caiaffa, W.T. & Doneda, D. (2002). As concepções de risco e de prevenção segundo a ótica dos usuários de drogas injetáveis. *Cad. Saúde Pública*, 18, 141-151.
- Santos, P.L. & Graminha, S.S.V. (2006). Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento acadêmico. *Estudos de Psicologia*, 11(1), 101-109.
- Finkler, L., Braga, P. & Gomes, W.B. (2004). Percepção de casais heterossexuais em relação à suscetibilidade de infecção por HIV/AIDS. *Interação em Psicologia*, 8, 113-122.
- Finckler, L., Oliveira, M.Z. & Gomes, W.B. (2004). HIV/AIDS e práticas preventivas em uniões heterossexuais estáveis. *Aletheia*, 20, 9-25.
- Guimarães, E.A. & Witter, G.P. (2007). Gravidez na adolescência: conhecimentos e prevenção entre jovens. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 2, 167-180.
- Habigzang, L.F., Azevedo, G.A., Koller, S.H. & Machado, P.X. (2006). Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 379-386.
- Júnior, F.L. & Guzzo, R.S.L. (2005). Prevenção Primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. *Interação em Psicologia*, 9, 239-249.
- Luiz, O.C. & Cohn, A. (2006). Sociedade de risco e risco epidemiológico. *Cad. Saúde Pública*, 22, 2339-2348.
- Maia, J.M.D. & Williams, L.C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Oliveira, E.B. de, Bittencourt, L.P. & Carmo, A.C. (2008). A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno. *SMAD. Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, 4, 00-00.

- Oltramari, L.C. & Otto, L.S. (2006). Conjugalidade e AIDS: um estudo sobre infecção entre casais. *Psicologia & Sociedade*, 18, 55-61.
- Petersen, C.S. & Koller, S.H. (2006). Avaliação psicológica em crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação Psicológica*, 5, 55-66.
- Peuker, A.C., Fogaça, J. & Bizarro, L. (2006). Expectativas e Beber Problemático entre Universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 193-200.
- Pinheiro, D.P.N. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 67-75.
- Prati, L.E., Couto, M.C.P. de P. & Koller, S.H. (2009). Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 403-408.
- Rios, L.F. Paiva, V., Maksud, I., Oliveira, C., Cruz, C. M. da S., Junior, V.T. & Parkes, R. (2008). Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens. *Psicologia em Estudo*, 13, 673-682.
- Rocha, J.B. de A. (2005). Inovações tecnológicas aumentam a segurança no trânsito? *Psicologia: Pesquisa & Trânsito*, 1,(1), 9-15.
- Spink, M.J.P. (2001). Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cad. Saúde Pública*, 17, 1277-1311.
- Spink, M.J.P. (2008). Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco-aventura em matérias de revista. *Psicologia & Sociedade*, 20, 50-60.
- Spink, M.J.P., Aragaki, S.S. & Alves, M.P. (2005). Da Exacerbação dos Sentidos no Encontro com a Natureza: Contrastando Esportes Radicais e Turismo de Aventura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 26-38.
- Spink, M.J.P., Galindo, D., Cañas & Souza, D.T. (2004). Onde está o risco? Os seguros no contexto do turismo de aventura. *Psicologia & Sociedade*, 16, 81-89.
- Spink, M.J.P., Galindo, D., Ribeiro, R.N. & Ornellas, M.A. (2007). Sobre palavras que vendem coisas: o glossário do risco nos anúncios de revistas. *Estudos de Psicologia*, 12, 13-21.
- Spink, M.J.P., Medrado, B. & Mello, R.P. (2002). Perigo, Probabilidade e Oportunidade: A Linguagem dos Riscos na Mídia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 151-164.
- Spink, M.J.P., Menegon, V., Bernardes, J. de S. & Côelho, A.E.C. (2007). The Language of Risk in Psychology: A Social Constructionist Analysis of a Psychological Database. *Interamerican Journal of Psychology*, 41, 151-160.
- Spink, M.J.P., Pereira, A.B., Burin, L.B., Silva, M.A. da & Diodato, P. da R. (2008). Usos do Glossário do Risco em Revistas: Contrastando “Tempo” e “Públicos”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 1-10.
- Williams, A.V., Meyer, E. & Pechansky, F. (2007). Desenvolvimento de um Jogo Terapêutico para Prevenção da Recaída e Motivação para Mudança em Jovens Usuários de Drogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 407-414.

Recebido em: 03.11.2010. Aceito em: 11.04.2012.

Autores:

Cláudia Alquati Bisol – Psicóloga. Doutora em Psicologia (UFGS). Professora Adjunta da Universidade de Caxias do Sul (UCS).
Amanda Menezes Tapia – Acadêmica do Curso de Psicologia Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Enviar correspondência para:

Cláudia Alquati Bisol
Universidade de Caxias do Sul
Curso de Psicologia/Bloco E
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130
CEP 95070-560, Caxias do Sul, RS, Brasil
E-mail: cabisol@ucs.br